

Edição nº 75 – 2 a 6 de julho

COMISSÃO APROVA PROPOSTA QUE FLEXIBILIZA LEGISLAÇÃO NACIONAL SOBRE AGROTÓXICOS

A Comissão Especial do Projeto de Lei nº 6.299/2002 aprovou, na última segunda-feira (25), o parecer apresentado pelo relator, deputado Luiz Nishimori (PR-PR), que propõe a flexibilização das normas atuais sobre agrotóxicos no Brasil. O projeto, de autoria do então senador Blairo Maggi, altera a Lei nº 7.802/1989, que trata da pesquisa, experimentação, produção e embalagem, entre outras atividades relacionadas aos compostos químicos denominados agrotóxicos. O projeto foi apresentado no Senado Federal em 1999 e tramitava na Câmara desde 2002, com 29 projetos apensados. A Comissão Especial foi constituída em 2016, tendo como presidente a deputada Tereza Cristina (DEM-MS) e, como relator, o deputado Luiz Nishimori. Desde então, a Comissão realizou cerca de 15 encontros até a aprovação do parecer na última segunda-feira, e foi palco de diversos embates entre parlamentares que se posicionaram contra e a favor da proposta.

O parecer apresentado pelo deputado Nishimori propõe uma ampla mudança na legislação relativa ao controle e utilização de agrotóxicos. Inicialmente, o deputado propõe a mudança da denominação para “pesticidas” e consolida na sua proposta o que chama de nova Política de Estado para Defensivos Fitossanitários e de Produtos de Controle Ambiental, seus Componentes e Afins.

No contexto dessa nova Política de Estado para Defensivos Fitossanitários, fica instituída a criação da Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito), que fará parte da estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e que terá entre outras competências:

I – avaliar os pleitos de registro de novos produtos técnicos e emitir pareceres

técnicos conclusivos nos campos da agronomia, toxicologia e ecotoxicologia sobre os pedidos de aprovação de registros de produtos;

II – avaliar e homologar relatório de avaliação de risco de novo produto ou de novos usos de ingrediente ativo;

III – estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de atividades com produtos defensivos fitossanitários e de controle ambiental;

IV – estabelecer as diretrizes para a avaliação agrônômica, avaliação e classificação toxicológica e ambiental de produtos defensivos fitossanitários e de controle ambiental e afins; e

V – manifestar-se sobre os pedidos de cancelamento ou de impugnação de produtos defensivos fitossanitários e de controle ambiental, seus componentes e afins.

Segundo a proposta, a CTNFito será composta por 23 membros técnicos, com igual número de suplentes, e será formada por especialistas dos Ministérios da Agricultura, Saúde, Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O relator defende que essa estrutura trará mais dinamismo ao setor, que, segundo ele, é regido atualmente por uma lei ultrapassada, que não contempla as dificuldades de produção em região tropical, como o Brasil. Além disso, o relator enfatiza que seu texto busca combater a atual burocracia para o registro de pesticidas que, em média, leva seis anos para o produto genérico e cerca de oito anos para produto novo.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócio responsável: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br)

www.tozzinifreire.com.br

A simplificação do procedimento para registro de novos componentes é o foco do embate entre os defensores e os críticos do texto aprovado pela Comissão Especial. Uma primeira versão do substitutivo proposto pelo deputado Nishimori afastava a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ligada ao Ministério da Saúde, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), ligado ao Ministério do Meio Ambiente, da análise de registro de novos componentes. O texto que prevaleceu não retira totalmente a avaliação pelos dois órgãos, mas confere ao Ministério da Agricultura maior poder decisório, definindo que o tempo de avaliação de um novo produto não poderá passar de dois anos e, caso ultrapasse, o componente ganhará um registro temporário, ainda que seus efeitos permaneçam desconhecidos. Nessa linha, poderá o MAPA conferir o registro dos novos produtos, mesmo que ANVISA e IBAMA não tenham terminado suas análises.

Além disso, a proposta aprovada flexibiliza as regras de proibição previstas na atual legislação. Segundo o texto, somente serão proibidas as substâncias que apresentem risco inaceitável para os seres humanos ou para o meio ambiente. Na legislação atual, estão proibidos os pesticidas para os quais o Brasil

não disponha de métodos de desativação de seus componentes, para os quais não haja antídoto ou tratamento eficaz no Brasil, para aqueles que revelem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas, os que provoquem distúrbios hormonais ou danos ao aparelho reprodutor, aqueles que se revelem mais perigosos para o homem do que os testes de laboratório com animais tenham podido demonstrar e aqueles cujas características causem danos ao meio ambiente.

A proposta deverá, agora, ser submetida à deliberação no Plenário da Câmara. Se aprovado, o projeto retornará ao Senado, devido às alterações que foram feitas no projeto original. O Senado avaliará as emendas da Câmara e, caso as aprove, a matéria seguirá à sanção presidencial.

Nesta semana, outra Comissão Especial da Câmara se reunirá para discutir sobre agrotóxicos. No próximo dia 03 (terça-feira), a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 6.670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA), reunir-se-á para discutir a Viabilidade Econômica dos Sistemas Produtivos de Base Agroecológica e a Segurança Alimentar.

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

03/06/2018, às 14H

PLP nº 441/2017, do Senado Federal, que trata sobre os cadastros positivos de crédito e regula a responsabilidade civil dos operadores

Relator: dep. Walter Ihoshi (PSD-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

03/07/2018, às 10H

PLS nº 284/2017, que regula o art. 146-A da Constituição Federal, o qual dispõe sobre a adoção de critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.

Relator: sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara

PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara

PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado

PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado

MP: Medida Provisória

PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara

PRS: Projeto de Resolução do Senado

PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara

PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado

PFC: Proposta de Fiscalização e Controle

RCP: Requerimento de Constituição de CPI

REQ: Requerimento

VET: Veto

PLS nº 227/2011, que altera a Lei do Petróleo para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social seja destinada para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências.

Relator: sen. Valdir Raupp (MDB-RO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLC nº 53/2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera o Marco Civil da Internet.

Relator: sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

04/07/2018, às 10H

PLS nº 764/2015, que dispõe sobre o compartilhamento de informações entre órgãos de investigação.

Relator: sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLS nº 152/2017, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que somente poderão ser comercializados os modelos de veículos que tenham alcançado resultados mínimos em testes de impacto (crash tests).

Relator: sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLS nº 398/2018, que obriga a gravação e a manutenção, por prazo mínimo de cinco anos, do áudio das sessões deliberativas dos conselhos de administração e fiscal das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

Relatora: sen. Ana Amélia (PP-RS)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (CI)

03/07/2018, às 9H

PLS nº 235/2014, que altera a Lei do Sistema

Nacional de Viação para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes serão regidos por critérios econômicos, nos termos de regulamento a ser expedido.

Relator: sen. Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PLS nº 253/2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando receberem recursos públicos.

Relator: sen. Jorge Viana (PT-AC)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (GDH)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO (CDHET)

03/07/2018, às 9H

Audiência pública para debater sobre o Estatuto do Trabalho, com foco na contribuição sindical.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (CDR)

04/07/2018, às 9H

Audiência pública para debater o atual modelo de produção e exploração de petróleo e gás natural e seus impactos sobre o financiamento das políticas públicas no Brasil.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CTFC)

04/07/2018, às 10H

PLS nº 90/2012, que altera o Código de Defesa do Consumidor para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação.

Relator: sen. Dário Berger (MDB-SC)

Relatório: pela aprovação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

03/07/2018, às 13H55

PLP nº 441/2017, do Senado Federal, que trata sobre os cadastros positivos de crédito e regula a responsabilidade civil dos operadores.

Relator: dep. Walter Ithoshi (PSD-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 8.939/2017, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, para permitir à Petrobras a transferência parcial, a terceiros, de áreas contratadas no regime de cessão onerosa.

Relator: não indicado.

Relatório: não apresentado.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PEGUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)

04/07/2018, às 10H

PL nº 7.740/2017, que altera a Lei nº 8.427/1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, para estender o mecanismo de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros aos bancos privados e às confederações de cooperativas de crédito rural.

Relator: dep. Sergio Souza (MDB-PR)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)

04/07/2018, às 10H

PL nº 1.676/2015, que tipifica o ato de fotografar, filmar ou captar a voz de pessoa, sem autorização ou sem fins lícitos, prevendo qualificadoras para as diversas formas de sua divulgação, e dispõe sobre a garantia de desvinculação do nome, imagem e demais aspectos da personalidade, publicados na rede mundial de computadores, internet, relativos a fatos que não possuem, ou não possuem mais, interesse público.

Relator: dep. Arolde de Oliveira (PSD-RJ)

Relatório: pela rejeição.

PL nº 6.846/2017, que estabelece os princípios e critérios para certificação de entidades provedoras de tecnologia social, e dá outras providências.

Relator: dep. Goulart (PSD-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 7.656/2017, que reduz a zero o valor da Taxa de Fiscalização de Instalação, da Taxa de Fiscalização de Funcionamento, da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica incidentes sobre as estações móveis de serviços de telecomunicações que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina.

Relator: dep. Eduardo Cury (PSDB-SP)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

05/07/2018, às 9H30

Seminário para debater os resultados da Lei de Informática no Brasil.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

03/07/2018, às 14H30

PLP nº 118/2015, que dispõe sobre a transparência do registro das promessas de campanha eleitoral e dá outras providências.

Relator: dep. Sergio Zveiter (DEM-RJ)

Relatório: pela aprovação.

PLP nº 382/2017, que autoriza criação de sistema de registro e administração de garantias de comércio exterior brasileiro e dispõe também sobre a emissão da Letra de Comércio Exterior (LCE).

Relator: dep. Evandro Roman (PSD-PR)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

PL nº 3.067/2011, do Senado Federal, que autoriza o acesso de instituições financeiras oficiais, agências de desenvolvimento oficiais, bancos de desenvolvimento oficiais, bancos cooperativos e confederações e centrais de cooperativas de crédito aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.

Relator: dep. Osmar Serraglio (PP-PR)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

PL nº 6.566/2013, do Senado Federal, que garante recursos para atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico de medicamentos, imunobiológicos, produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas.

Relator: dep. Marcos Rogério (DEM-RO)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.361/2014, que disciplina a utilização de imóvel rural localizado na zona de fronteira como garantia em financiamentos bancários para custeio e/ou investimento agrícola e pecuário.

Relator: dep. Rogério Peninha Mendonça (MDB-SC)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 1.529/2015, que dispõe sobre a renovação das frotas das empresas prestadoras de serviço de locação de veículos.

Relator: dep. Efraim Filho (DEM-PB)

Relatório: pela inconstitucionalidade.

PL nº 3.357/2015, que dispõe sobre o crime de invadir dispositivo informático, sem a devida autorização, modificando conteúdo de sítio da internet.

Relator: dep. Thiago Peixoto (PSD-GO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo e emenda.

PL nº 3.748/2015, do Senado Federal, que atribui às cooperativas a possibilidade de agirem como substitutas processuais de seus associados.

Relator: dep. Covatti Filho (PP-RS)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 5.751/2016, do Senado Federal, que altera a Lei nº 6.567/1978, que dispõe sobre o regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais, para incluir a exploração de rochas ornamentais e de revestimento e de carbonatos de cálcio e de magnésio no regime de licenciamento ou de autorização e concessão.

Relator: dep. Júlio Delgado (PSB-MG)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 6.832/2017, que dispõe sobre a criação dos Juizados Especiais Criminais Digitais.

Relator: dep. Daniel Vilela (MDB-GO)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 7.609/2017, que altera a Lei das Sociedades por Ações, ampliando para R\$ 10 milhões o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado se enquadre no regime simplificado de publicidade de atos societários.

Relator: dep. Covatti Filho (PP-RS)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

04/07/2018, às 9H

Recurso nº 290/2018, contra a decisão da Presidência da Câmara na Questão de Ordem nº 395, formulada em Plenário na sessão do dia 19/02/2018, quando ficou estabelecido que, na Câmara dos Deputados, durante a vigência da intervenção federal, as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) não podem ser submetidas à discussão e votação em Plenário, podendo, porém, tramitar até a conclusão da análise da matéria pela Comissão Especial competente.

Relator: dep. Leonardo Picciani (MDB-RJ)

Relatório: por dar provimento ao Recurso nº 291/2018, apensado, para reformar a decisão da Presidência na Questão de Ordem nº 395/2018 e impedir a tramitação, em todas as fases do processo legislativo, de PECs, e por negar provimento ao Recurso nº 290/2018.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CDU)

04/07/2018, às 10H

PL nº 1.082/2011, que proíbe o aforamento de bens da União, terrenos de marinha ou seus acrescidos para pessoa física ou jurídica de procedência estrangeira ou pessoas jurídicas brasileiras com participação de capital estrangeiro, assim como sucessão de cônjuge estrangeiro, alienação de bens aforados ou participação em leilão público.

Relator: dep. João Daniel (PT-SE)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

04/07/2018, às 9H

Seminário sobre o tema "Política Externa e Inserção Internacional".

04/07/2018, às 9H30

PL nº 5.505/2016, que altera o Estatuto do Desarmamento para tratar da inspeção e certificação de arma de fogo pelo INMETRO, para garantir a segurança do seu funcionamento.

Relator: dep. Dagoberto Nogueira (PDT-MS)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 9.339/2017, que altera o Código de Defesa do Consumidor para tratar da desnecessidade de ingestão de corpo estranho em produtos industrializados para configuração de dano moral indenizável.

Relator: dep. Vinicius Carvalho (PRB-SP)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

04/07/2018, às 10H

PLP nº 475/2018, do Senado Federal, que simplifica o processo de obtenção de certidão negativa de débito tributário.

Relator: dep. Lucas Vergílio (SD-GO)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.467/2010, do Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de saneamento básico.

Relator: dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 1.573/2015, que torna obrigatória para as pessoas jurídicas domiciliadas no exterior a apresentação dos mesmos documentos solicitados às domiciliadas no Brasil para inscrição, suspensão ou baixa no CNPJ.

Relator: dep. Rodrigo Martins (PSB-PI)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)

04/07/2018, às 9H30

Audiência pública para debater a aplicação, eficácia e eficiência de plano de contingência da Petrobras, para manutenção da logística de abastecimento e distribuição na cadeia de combustíveis.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)

04/07/2018, às 14H

PL nº 3.154/2015, que determina que os estacionamentos de estabelecimentos comerciais tenham vigilantes, sob pena de multa ou até mesmo interdição.

Relator: dep. Lincoln Diniz Portela (PR-MG)

Relatório: pela aprovação.

PL nº 8.226/2017, que altera o Código Penal para tipificar o crime de extorsão praticado contra empresas e comerciantes, com o objetivo de obter vantagem econômica indevida.

Relator: dep. Ronaldo Martins (PRB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (GSSF)
04/07/2018, às 9H30

PL nº 2.797/2015, que reduz a zero as alíquotas da COFINS e do PIS/PASEP incidentes na importação e na venda no mercado interno de alimentos industrializados voltados para portadores de doença celíaca, de intolerância à lactose e de alergia à proteína do leite de vaca, bem como isenta esses produtos do IPI.

Relator: dep. Sinval Malheiros (PODE-SP)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
03/07/2018, às 10H

Seminário sobre o tema "Impactos da Aplicação da Nova Legislação Trabalhista no Brasil".

04/07/2018, às 14H

PL nº 5.100/2013, que altera a Lei nº 7.238/1984, que dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, para estabelecer que a atualização dos contratos de serviços passa a ser obrigatória na data-base da categoria.

Relator: dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 5.474/2016, que altera o Decreto nº 70.235/1972, recepcionado pela Constituição Federal como lei ordinária, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, para alterar a composição dos julgamentos fiscais de primeira instância e promover o equilíbrio na relação tributária entre a administração e o contribuinte.

Relator: dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)
03/07/2018, às 15H

Audiência pública sobre o tema "Concessões de ferrovias, obras inacabadas e ramais desativados, bem como a conclusão e o efetivo funcionamento da Ferrovia Norte-Sul".

04/07/2018, às 9H

Audiência pública sobre o tema "Eletromobilidade no Brasil".

COMISSÃO ESPECIAL DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL
03/07/2018, às 14H30

Reunião para discussão e votação do parecer do relator, dep. João Campos (PRB-GO), ao PL nº 8.045/2010 e apensados.

COMISSÃO ESPECIAL DO PL Nº 6.621/2016, QUE DISPÕE SOBRE AGÊNCIAS REGULADORAS
04/07/2018, às 13H30

Reunião deliberativa para discussão e votação do parecer apresentado pelo relator, dep. Danilo Forte (PSDB-CE).

COMISSÃO ESPECIAL DO PL Nº 1.292/1995, QUE APROVA A NOVA LEI DE LICITAÇÕES
04/07/2018, às 14H30

Reunião deliberativa para discussão e votação do parecer do relator, dep. João Arruda (MDB-PR).

